



SOLIDARIEDADE

Dia dos Pobres

O Dia Mundial dos Pobres é uma celebração católica instituída pelo Papa Francisco em 2016. Nesta edição há um artigo do economista José Figueiredo: “Nos países de capitalismo avançado, como o nosso, o problema não é tanto a pobreza extrema tal como se define para a economia global, o problema é a persistência de um número significativo de pessoas pobres numa economia que produz mais que o suficiente para que tais situações pudessem ser evitadas.”

Editorial do padre Lino Maia sobre os desafios da longevidade

“A forma como a sociedade encara os mais velhos, uma visão redutora, apenas como custos, parecendo ignorar o valor que eles transportam na sociedade e nas famílias, precisa ser urgentemente corrigida, quantificando o seu valor social.”



CNIS em encontro de trabalho com homóloga Comunidade da Catalunha

Uma comitiva da Taula d'entitats del Tercer Sector Social de Catalunya (Mesa de entidades do Terceiro Sector Social da Catalunha) esteve em Portugal, entre os dias 27 e 31 de outubro, a fim de conhecer projetos locais no âmbito da Economia Social em Lisboa, Porto e Viana do Castelo.



2026 poderá receber as duas últimas Festas da Solidariedade

A CNIS reuniu o Conselho Geral, no passado dia 3, em Fátima, onde foram debatidas diversas matérias, como as profissões de desgaste rápido, o projeto piloto de Cuidados Domiciliários ECCI/SAD ou o balanço da Festa e Chama da Solidariedade.



Beja compareceu à celebração da Festa da Solidariedade

Depois de Bragança no ano transato, a Festa da Solidariedade, em 2025, desceu no mapa e instalou e animou Beja, no passado dia 24 de outubro, após a Chama da Solidariedade ter visitado alguns dos concelhos do distrito do Baixo Alentejo. Nesta edição há um caderno especial da Festa.



Debate sobre Inovação Social no Encontro Anual da UDIPSS-VISEU

O Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu (ESTGV) recebeu, no passado dia 4 de novembro, o I Fórum de Inovação Social Viseu Dão Lafões e o Encontro Anual de IPSS de Viseu, iniciativas promovidas pela Comunidade Intermunicipal (CIM) Viseu Dão Lafões, Portugal Inovação Social, UDIPSS Viseu e Associação Interioriza-te.



Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão acredita que haverá acordo com Sector Social para 2026

Clara Marques Mendes garante que a parte mais difícil do entendimento com as Organizações do Sector Social já foi conseguida há tempos. Está consensualizado que, todos os anos, será automaticamente aplicada uma fórmula base que determina a parte da comparticipação do Estado que anula o efeito financeiro que o aumento do salário mínimo e da inflação provoca. As negociações para atualização dos acordos de cooperação passarão a incidir sobre a percentagem do aumento restante que servirá para o Estado cumprir o Pacto de Cooperação para a Solidariedade que estipula equidade na comparticipação das respostas sociais. A Secretária de Estado, Clara Marques Mendes, diz que o governo está empenhado em atingir os 50% até ao fim da legislatura.

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

Aprovado por **dermatologistas**

Produtos de higiene e limpeza

Opinião

José Figueiredo
Economista



DIA MUNDIAL DOS POBRES

Porque parece impossível acabar com a pobreza?

A 16 de novembro celebra-se mais um dia mundial que recorda a obrigação de erradicar a pobreza, uma celebração que de bom grado dispensaríamos. O Dia Mundial dos Pobres é uma celebração católica instituída pelo Papa Francisco em 2016. Comemora-se no 33º domingo do Tempo Comum o que, este ano, calha no dia 16 de novembro.

Ainda há cerca de um mês, no dia 17 de outubro, se celebrou o dia mundial para a erradicação da pobreza. Desde 1992, quando foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o desenvolvimento económico dos países mais atrasados permitiu tirar da situação de pobreza extrema centenas de milhões de pessoas. Esse

é, sem dúvida, o lado bom do processo que por vezes se descreve como globalização.

Contudo, a partir de 2014, o ritmo de redução da pobreza extrema desacelerou, a situação agravou-se substancialmente com a pandemia e só mais recentemente verificamos de novo ganhos nesta matéria a nível global.

Nos países de capitalismo avançado, como o nosso, o problema não é a tanto a pobreza extrema tal como se define para a economia global, o problema é a persistência de um número significativo de pessoas pobres numa economia que produz mais que o suficiente para que tais situações pudessem ser evitadas.

Se tomarmos como definição de

pobreza o critério convencional das pessoas que vivem com rendimentos inferiores a 60% do rendimento mediano nacional teremos em Portugal cerca de 2 milhões de pessoas em risco de pobreza e, se considerarmos que privação material severa é dispor de menos de 40% do rendimento mediano nacional, Portugal contará com meio milhão de pessoas nessa situação.

Trata-se de uma moldura a todos os títulos preocupante, mas que, ainda assim, só é possível depois das transferências sociais realizadas pelas políticas públicas. Na ausência das transferências sociais a situação seria catastrófica com mais de 40% da população a viver em risco de pobreza.

Contudo, se a situação atual vista numa perspectiva estática é, em si mesma, suficientemente grave, há dois aspetos adicionais que deveriam preocupar-nos talvez ainda mais.

O primeiro é que os progressos nesta matéria têm sido praticamente nulos nos últimos anos e, mesmo tomando uma perspectiva mais ampla, desde o início do milénio, por exemplo, os avanços são pouco significativos.

O segundo, quicá o mais preocupante, é que a situação de pobreza pode mesmo atingir aqueles que estão integrados na força de trabalho formal.

Não se pense que Portugal está isolado neste drama de ter um emprego não ser garantia de fuga à pobreza. Segundo o Eurostat 8,2% da população empregada da União Europeia está em risco de pobreza, em Portugal o número equivalente é de 9,2%.

O combate à pobreza em sede de políticas públicas é naturalmente algo que devemos considerar positivo.

No entanto, as políticas públicas de combate à pobreza podem ter um lado perverso se as mesmas forem acompanhadas de uma atitude de vista grossa, quando não complacência ou mesmo derrotismo, em relação ao problema correlacionado e, porventura, mais grave, que é o crescimento das desigualdades.

A verdade é que as sociedades de capitalismo avançado são cada vez mais desiguais. A distribuição da riqueza, do rendimento e das oportunidades é cada vez mais desequilibrada.

Usando um indicador macro como o coeficiente de Gini (um valor entre zero e um, com valores mais altos indicando maior desigualdade) o que verificamos é um progresso muito modesto em Portugal, onde no

início do milénio o indicador andava pelos 38% e nos anos mais recentes tem oscilado em torno dos 35%.

Mais uma vez não estamos sós nessa tragédia – trata-se de uma tendência a nível global, aliás mais pronunciada no mundo anglo-saxónico. Por exemplo, nos Estados Unidos a desigualdade não tem parado de crescer desde os anos 70. Por volta de 1990 o coeficiente de Gini andava perto dos 43%, atualmente está próximo dos 50%.

Naturalmente que algumas causas da desigualdade em Portugal são de natureza estrutural e, como tal, eventuais progressos nesta matéria serão de manifestação lenta.

Em parte a desigualdade resulta do deficit de qualificações. As pessoas com formação superior conseguem rendimentos superiores aos que ficaram por graus de ensino mais baixos. Talvez por isso muitas vezes se tenha olhado para a educação e para a generalização do ensino superior como uma espécie de pílula mágica para o problema da desigualdade.

Infelizmente sabemos hoje a generalização do ensino superior não resolveu o problema de fundo da desigualdade. O que verificamos é que pessoas com formação superior acabam, em muitos casos, por auferir salários muito baixos, quer nas empresas quer no Estado e, por isso, muitas optam pela emigração para locais onde os salários são mais apelativos.

Outro fator que alimenta a desigualdade é a concentração da economia em setores de baixa produtividade e onde o potencial de salários elevados é mais baixo.

Também aqui, infelizmente, a evolução dos últimos não foi de todo positiva. Grande parte do crescimento da economia e do emprego em Portugal tem acontecido no turismo e em atividades correlacionadas, em geral, setores de baixa produtividade onde os salários são tendencialmente baixos.

Finalmente não podemos ignorar um fator que é difícil de transparecer em estatísticas formais mas que é decisivo – a desigualdade nas oportunidades. Claro que a desigualdade nas oportunidades está em relação com a desigualdade na distribuição da riqueza e essa podemos abordá-la com estatísticas formais que nos dizem que está a crescer nos países de capitalismo avançado. Pessoas com mais património tendem a ter uma rede de relações mais densa, com pessoas com capacidade decisão ao nível

das empresas e do Estado e, como tal, assegurar para os seus familiares melhores oportunidades de carreira e progressão social.

Em Portugal, a redução das desigualdades e do risco de pobreza pela via das transferências sociais pode estar no limite. Sendo assim, só um progresso significativo no lado dos salários nominais pode conseguir ganhos sustentados nesta matéria nos anos que aí vêm.

É verdade que desde 2015 Portugal tem tido uma política positiva de aumento do salário mínimo. Infelizmente, contrariamente ao que se pensava quando o ciclo começou, a capacidade da subida do salário mínimo para arrastar a subida dos salários em geral tem sido pouco manifesta. As empresas resistem até onde podem em aumentar os salários e corremos o risco de começar a ter o salário mínimo demasiado próximo do salário mediano com consequências que podem ser perversas ao nível da proteção dos mais frágeis.

Claro que as políticas públicas não podem fixar os salários que as empresas pretendem pagar.

Isso não significa, contudo, que o potencial das políticas públicas para influenciar a disponibilidade das empresas para aumentar salários seja nula.

É possível pensar em estímulos de natureza fiscal (incluindo as contribuições para a segurança social) para as empresas que subam os salários pelo menos ao nível da inflação e dos ganhos de produtividade.

Por exemplo, a descida nos impostos sobre os lucros corporativos deveria estar indexada

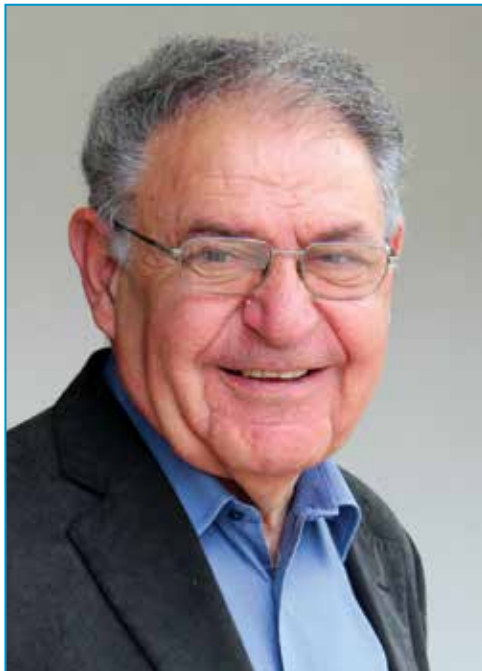
à disponibilidade para aumentar os salários nominais.

Aparentemente não é este o caminho que o atual governo pretende seguir, preferindo uma via pseudo-liberal de descida não condicionada dos impostos.

Infelizmente por este caminho podemos deparar-nos a prazo com duas paredes intransponíveis – por um lado a incapacidade para sustentar a redução da desigualdade com transferências sociais, por outro, o risco de futuros aumentos do salário mínimo serem perigosos em termos de aproximação excessiva do salário mediano.

Se queremos que a comemoração do Dia dos Pobres seja dedicado à erradicação da pobreza continua a valer a pena precisamos de políticas públicas diferentes.





Lino Maia

Editorial

Multidimensionalidade do Envelhecimento

1. O agravamento do envelhecimento demográfico, em Portugal, e no Mundo, é um fenómeno incontornável e as sociedades precisam de se organizar para garantir, às pessoas mais velhas, qualidade de vida e cuidados adequados às suas necessidades. A longevidade é perspectivada como uma vida prolongada ou duradora, estando este conceito intrinsecamente ligado ao aumento da esperança média de vida e, simultaneamente, ao conceito de envelhecimento. A sociedade em geral tende a não dissociar estes conceitos, sendo, no entanto, claro que, por parte de todos os agentes sociais, há um grande trabalho a ser desenvolvido que, desde logo, passa por uma necessidade de atuação preventiva nos domínios da saúde e da educação preparando as sociedades futuras para responder aos padrões de necessidades das novas gerações de pessoas mais velhas. É essencial que “se aprenda” a estar preparado para viver mais anos e que a sociedade saiba enquadrar e promover ativamente a participação destes novos longevos nas diferentes esferas de atuação.

A longevidade é, para muitos, o problema mais importante das sociedades modernas, sendo fulcral o desenvolvimento de esforços públicos e privados para que a última fase da vida seja ativa e saudável. O aumento da longevidade influencia diretamente as questões de saúde e de dependência, o que nos obriga a avaliar o impacto desse fenómeno sobre o estado de bem-estar das pessoas mais velhas – variando de acordo com o nível social, cultural e até físico das pessoas.

É, essencial, que a pessoa mais velha possa ser pensada como um ser global, biopsicossocial, com necessidades de diversas naturezas que não podem ser negligenciadas, assegurando o respeito pelas suas crenças e autodeterminação, sob pena de, adequadamente, não ser possível contribuir para a qualidade de vida, ou seja, o seu bem-estar físico, psicológico, emocional e social. Falamos na multidimensionalidade do envelhecimento que envolve dimensões biológicas, psicológicas, sociais, ambientais e também culturais.

O grande desafio é, numa perspetiva holística, encontrar resposta às diferentes dimensões, que assegure a continuidade e integração de cuidados às pessoas mais velhas. É essencial que se aposte numa medicina de acompanhamento do envelhecimento que atenda às suas especificidades e que promova a investigação científica que contribua para um maior conhecimento das suas potencialidades. É essencial que a prescrição de cuidados não seja apenas de domínio da saúde e/ou proteção social, mas que se promova a sua participação social e cultural, disseminando as práticas de prescrição social e prescrição cultural já existentes.

2. Para responder aos desafios da longevidade, é necessário adaptar os instrumentos à população, respondendo às suas necessidades, diferentes de acordo com as características e contexto onde a pessoa mais velha se encontra inserida. Desenvolver e disponibilizar, de forma integrada e complementar, cuidados sociais e de saúde de qualidade: sempre que possível, cuidados domiciliários que permitam a permanência da pessoa mais velha no seu contexto de vida e familiar; e quando estas condições não sejam ajustadas para corresponder às necessidades (sociais, de saúde, culturais, religiosas), cuidados residenciais capazes de permitir às pessoas mais velhas a longevidade agradável, ativa e com maior satisfação e bem-estar. A existência de condições dignas de habitação antecede estes mesmos cuidados e, muitas vezes, impede, como desejável, a permanência da pessoa idosa no seu domicílio. É fundamental não descurar esta dimensão.

O envelhecimento é um processo longo que a todos diz respeito. A multidimensionalidade das necessidades exige uma multidimensionalidade de intervenções, sendo imprescindível que exista uma intervenção multidisciplinar, em rede, articulada e interligada, que garanta uma resposta de continuidade às pessoas mais velhas. Uma intervenção complementar intersectorial e interinstitucional, garantindo uma resposta holística às necessidades da pessoa mais velha e não um somatório de apoios e/ou cuidados.

Temos de encontrar as formas de dar resposta às necessidades das pessoas mais velhas, sempre tendo como ponto de chegada o bem-estar, num percurso de cuidados humanizados, individualizados e respeitosos. Estas necessidades diferenciadas, mas únicas, não se compadecem com respostas sociais estandardizadas e inflexíveis.

3. No dia a dia das Organizações sentem-se dificuldades, espartilhos e barreiras, aos mais diferentes níveis, nomeadamente na indispensabilidade de novas respostas sociais, de flexibilizar e adaptar as respostas sociais existentes, de estratégias novas para respeitar e individualizar os mais velhos, na rigidez das leis laborais para reorganização dos horários de trabalho, do ritmo da contratualização bem diferente da velocidade que a realidade exige.

É essencial que a preparação destas respostas sociais flexíveis assente igualmente na capacitação dos profissionais, motivando-os e dotando-os de mais e melhores condições, de tempo, de diálogo, de partilha e construção conjunta da intervenção, atendendo às características e especificidades de cada pessoa cuidada, com intencionalidade de participação, de individualização e de bem-estar.

O envelhecimento ativo é suportado por pilares que o sustentam e fazem desenvolver: saúde, participação, segurança e solidariedade entre gerações. Não pode haver demissão dessa responsabilidade por nenhum destes pilares.

A forma como a sociedade encara os mais velhos, uma visão redutora, apenas como custos, parecendo ignorar o valor que eles transportam na sociedade e nas famílias, precisa ser urgentemente corrigida, quantificando o seu valor social. O aumento do número de pessoas mais velhas demonstrará todo o potencial e contributo que têm e que se tornará cada vez mais evidente com o seu alargamento. É essencial que os mais velhos sejam vistos enquanto pessoas e não categorizados pela sua idade, com um marco que rotula, doravante, a sua condição.

CONSELHO GERAL DA CNIS, FÁTIMA

Congresso a realizar em 2025 será sobre «Proteção Social/Pobreza»

A CNIS reuniu o Conselho Geral, no passado dia 3, em Fátima, onde foram debatidas diversas matérias, como as profissões de desgaste rápido, o projeto piloto de Cuidados Domiciliários ECCI/SAD ou o balanço da Festa e Chama da Solidariedade.

A reunião serviu ainda para uma resumida apresentação do Programa de Ação e Orçamento Previsional para 2026.

Sobre as iniciativas a promover em 2026, o ano começa com a celebração do Dia da CNIS, que passará pela realização do Congresso CNIS sobre Proteção Social/Pobreza.

Está previsto ainda realizar Encontros Regionais com as Uniãoes e as IPSS dos respetivos distritos ou regiões, proporcionar ações de formação aos trabalhadores da CNIS, dar continuidade à reorganização dos meios de comunicação existentes e da estrutura organizacional e promover novas edições do Curso de Gestão para Dirigentes, entre outras ações.

Na apresentação aos conselheiros, a assessora da CNIS Filomena Bordalo abordou ainda o que está previsto realizar em 2026 relativamente à Cooperação.

O cálculo dos custos médios reais e dos custos técnicos das diferentes respostas sociais nas áreas da Ação Social, Educação e Saúde e o acompanhamento do cumprimento do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social surgem à cabeça numa vasta lista de ações previstas no âmbito das negociações e acordos estabelecidos com o Estado.

A reunião em Fátima começou com Alfredo Cardoso a reafirmar a posição da CNIS na defesa, perante o Governo, da atribuição do estatuto de profissão de desgaste rápido para as categorias de Ajudante de Ação Direta e de Ajudante de Ação Médica.

“Não havendo condições para pagar mais, há que dar melhores condições aos trabalhadores”, sustentou o dirigente da CNIS, alertando: “O Ministério está a tentar reverter o estatuto nas profissões que já o têm,

pelo que não será fácil, mas não vamos desistir”.

A propósito da reunião que a CNIS teve com o ministro da Educação, Fernando Alexandre, Filomena Bordalo lembrou as “dificuldades de articulação com o Ministério da Educação”, mas considerou o encontro “importante”.

Relativamente à criação de novas salas de Pré-escolar, que inicialmente foi dada prioridade aos privados, a determinada altura o ministro questionou se “se justificaria um novo Aviso para a criação de novas salas”. A CNIS enviou uma proposta, aguardando ainda uma resposta.

Nessa reunião foram ainda abordadas matérias como os CRI (Centros de Recursos e Inclusão), as escolas de Ensino Especial, o Fundo de Compensação Socioeconómico, “que era um recurso para as IPSS cujos pais não podiam pagar mensalidades”, ou ainda a discordância sobre a importância de “retomar o Grupo de Trabalho sobre o Pré-escolar”, defendida pelo Governo, ou de “criar uma comissão especializada”, defendida pela CNIS.

Relativamente à Portaria n.º 324/2025/1, de 3 de outubro, que procede à criação e implementação dos projetos-piloto SAD+Saúde, a assessora da CNIS revelou que ainda falta saber quais são as cinco IPSS que vão integrar o projeto-piloto, que “privilegia o acesso de pessoas que precisam de cuidados continuados integrados e de apoio domiciliário. Integram o projeto três ULS (Unidade Local de Saúde) do Porto, uma de Coimbra e uma outra de Lisboa.

No entanto, há uma dúvida sobre o SAD+Saúde que inquieta a CNIS: “Se uma ECCI [Equipa de Cuidados Continuados Integrados] sinalizar uma IPSS para integrar uma pessoa no seu SAD e a instituição não tiver capacidade, como se resolve?”.

Ainda sobre a área da Saúde, relativamente a hospitais, o presidente da CNIS referiu que “o Ministério da Saúde está a privilegiar unicamente a União das Misericórdias”, mas há sete IPSS que são proprietárias de

hospitais, que “têm sido tratadas como entidades privado-lucrativas”.

“Fiz sentir o meu desconforto e desagrado com o secretismo” em torno desta matéria, até por parte da União das Misericórdias, afirmou o padre Lino Maia.

Sobre a XVIII Festa da Solidariedade, Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, fez um balanço positivo, apesar de “muito municípios não terem aderido”.

“O tempo político foi mau, por causa das eleições autárquicas, mas, por onde andámos, a CNIS, a União Distrital e as IPSS foram vistas. Fez-se a promoção das IPSS”, afirmou.

Por outro lado, e projetando o ano de 2026, quando faltam apenas os distritos de Aveiro e Leiria receber o evento, ficou no ar a possibilidade de haver duas Festas no próximo ano, uma vez que o ciclo da atual Direção, que iniciou o evento, se fechar em janeiro de 2027. Ambas as Uniãoes Distritais mostraram abertura, iniciando-se agora as conversas para encontrar a melhor solução para a XIX Festa da Solidariedade.

No final, o padre Lino Maia comunicou a aposentação, no passado dia 31 de outubro, das duas funcionárias que asseguravam os serviços administrativos da CNIS, Emília Fontes e Claudina Caetano, regressando



às funções Pedro Nogueira, que já por lá passou. Por outro lado, o Departamento Técnico vai ser reforçado com Letícia Fernandes.

No próximo dia 29 de novembro, em Fátima, realizam-se duas Assembleias Gerais da CNIS (uma Ordinária, para apresentação e votação do Programa de Ação e

do Orçamento para 2026, e outra Extraordinária, para votação do Regulamento Eleitoral, visando as Eleições de 2027), para as quais a CNIS apela à participação das IPSS associadas.

PEDRO VASCO OLIVEIRA
(TEXTO E FOTOS)



CNIS REUNIU COM ORGANIZAÇÃO HOMÓLOGA DA CATALUNHA

“Estamos todos no mesmo barco”, com as mesmas dificuldades e problemas

Uma comitiva da Taula d'entitats del Tercer Sector Social de Catalunya (Mesa de entidades do Terceiro Sector Social da Catalunha) esteve em Portugal, entre os dias 27 e 31 de outubro, a fim de conhecer projetos locais no âmbito da Economia Social em Lisboa, Porto e Viana do Castelo.

A iniciativa permitiu à comitiva catalã conhecer alguns aspetos da agenda social do país e os principais intervenientes envolvidos.

Entre outras entidades, a comitiva da Taula catalã reuniu com a CNIS, nas instalações do Centro de Reabilitação da APPC (Associação do Porto de Paralisia Cerebral), que no final visitou.

O encontro com a CNIS teve como principal objetivo o estabelecimento de uma relação, que se pretende perdure no futuro, e cada uma das organizações dar-se a conhecer à outra.

“Vamos aproveitar este encontro para aprendermos uns com os outros”, sustentou Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, que esteve acompanhado pelos dirigentes Gil Tavares e Maria José Miranda e ainda pelo Departamento Técnico da CNIS.

A Taula d'entitats del Tercer Sector Social de Catalunya é uma entidade que, à semelhança da CNIS, agrega um conjunto de organizações – cerca de 3.000, entre associações, cooperativas e fundações – que se integra se integra no Terceiro Sector.

O que define a Taula, que senta à mesa 37 federações em que as instituições se agrupam por atividade (Infância, Deficiência, Empresas de inserção, Voluntariado, Habitação social e Saúde, entre outras), é “o carácter não lucrativo, privado e impulsionado pela sociedade das instituições que a integram e a diferença para as entidades da Economia Social é o carácter não lucrativo”.

A Junta Diretiva da Taula é composta por 12 membros e tem o apoio de uma equipa de 18 técnicos, para se dedicar a quatro áreas principais: Questões internas; Comunicação; Inovação e fortalecimento

internacional; e Políticas Sociais.

Da frutuosa conversa entre os membros das duas organizações resultou que, apesar das diferenças, há muito em comum, em especial, nas dificuldades enfrentadas.

Com uma população um pouco menor do que a portuguesa, mas com uma disparidade autárquica muito grande (900 municípios), na província espanhola da Catalunha as instituições sociais, na sua esmagadora maioria Organizações Não Governamentais (ONG), também sentem problemas como “a diferença salarial, para menos, com os outros sectores da economia”, “as transferências do estado são poucas, o que leva à saída de trabalhadores para outros sectores”, as “listas de espera”.

Na Catalunha, segundo revelaram os representantes da Taula, o financiamento estatal é diferente do modelo português.

“As respostas típicas têm contrato



e integram a Carteira de Serviços, mas as respostas atípicas e inovadoras não. Há uma convocatória anual a que as instituições apresentam projetos. Os serviços são contratualizados com a Generaliat (governo regional) e com os ayuntamentos (municípios), mas é uma situação que dá

às instituições “insegurança jurídica e financeira”.

“Estamos todos no mesmo barco”, disse Ramon Nicolau, vice-presidente de Inovação e Desenvolvimento do Sector da Taula, acrescentando: “Apelo à união de todos para combater a redução na aposta no Sector

Social na União Europeia”.

No final do encontro, responsáveis da APPC apresentaram a instituição e o seu trabalho, seguindo-se uma visita às instalações do seu Centro de Reabilitação.

PEDRO VASCO OLIVEIRA
(TEXTO E FOTO)



CONVOCATÓRIA
Assembleia Geral Extraordinária

Nos termos do Artigo 27º, do Artigo 29º, alínea a) e do nº 2. alínea a) do Artigo 30º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Extraordinária da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Extraordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia **29 de Novembro de 2025**, pelas **11h30**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Deliberação sobre uma proposta da Direção de alteração do Regulamento Eleitoral.

Se à hora atrás referida não estiver presente a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 11h45, em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o nº 3. do artº 31º dos Estatutos da CNIS

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto, 12 de Novembro de 2025

Rua da Reboleira, 47 | 4050-492 PORTO
T: 226 068 614 | 226 065 932 226 001 774
E-mail: cnis@cnis.pt
www.cnis.pt | www.solidariedade.pt



CONVOCATÓRIA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos da alínea d), do Artigo 27º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a reunir em Sessão Ordinária, em Fátima, no Hotel Cinquentenário, no próximo dia **29 de Novembro**, pelas **9h45**, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação do orçamento e programa de ação para 2026;
- 2 - Apreciação do relatório emitido pelo Conselho Fiscal sobre o programa de acção e orçamento para 2026;
- 3 - Votação do orçamento e programa de ação para 2026;
- 4 - Outros assuntos.

Se à hora atrás referida não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 10h00 (dez horas), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 3, do Artigo 31º.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Porto, 12 de novembro de 2025

Rua da Reboleira, 47 | 4050-492 PORTO
T: 226 068 614 | 226 065 932 226 001 774
E-mail: cnis@cnis.pt
www.cnis.pt | www.solidariedade.pt

LAR NOSSA SENHORA DA GRAÇA
DOS DEGOLADOS, CAMPO MAIOR

Feira de Outono reuniu utentes, familiares e amigos

O Centro de Dia e Lar de Nossa Senhora da Graça dos Degolados, Campo Maior, realizou, no dia de Todos os Santos, mais uma edição da Feira de Outono, um evento que tem como objetivo principal promover o convívio intergeracional, dinamizar a atividade da instituição e envolver a comunidade.

O evento, que contou com bancas decoradas com diversos artigos e produtos de época, animação e muita boa-disposição, proporcionou a confraternização entre utentes, familiares, amigos e visitantes da instituição, tornando o evento num espaço de encontro e afeto, onde prevaleceu o espírito comunitário e a amizade.

A instituição de Nossa Senhora da Graça de Degolados foi fundada em julho de 1984, servindo atualmente 14 idosos, numa ERPI com capacidade para 40, outros 17 através de um SAD cuja capacidade é 30 (números de dezembro 2024) e ainda 10 utentes no Centro de Dia.

CENTRO PAROQUIAL DE SEIA

Creche e pré-escolar tem agora uma capacidade para 213 crianças

Centro Paroquial de Seia já abriu mais um equipamento, para as respostas de Creche e Pré-escolar, uma obra que orçou em 2,1 milhões de euros, financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em 1,2 milhões de euros

Segundo a Direção da instituição, “mais do que um edifício, esta obra representa a concretização de um espaço pensado para as crianças, mas também para a comunidade, onde o humano e o divino, o aprender e o contemplar se encontram em perfeita harmonia”.

A instituição da Serra da Estrela, entre infância, idosos e ajuda aos mais carenciados, fica agora com uma capacidade em Creche e Pré-escolar para 213 crianças, mantendo 60 petizes em CATL, acolhendo ainda 59 idosos em ERPI e apoiando, no âmbito da Ajuda Alimentar a Carenciados, 138 pessoas.

O novo equipamento tem um carácter inovador, pois tem um parque infantil inspirado nas “Cozinhas de Lama” e nos “Parques de Floresta”, para além de um Plano Anual de Atividades transversal às valências de crianças e de idosos.

Nova ERPI

O Centro Paroquial de Seia tem já licenciado um projeto para uma nova ERPI, com capacidade para 60 utentes, e ainda 10 apartamentos individuais, num total de 70 vagas.

“Como escreveu Fernando Pessoa, ‘Deus quer, o homem sonha, a obra nasce’. Foi este espírito que conduziu à realização de um projeto que ficará como marco na história de Seia. Uma obra que engrandece a comunidade, que reforça laços e que projeta esperança para as gerações vindouras”, lê-se na nota enviada ao Solidiidade, onde é acrescentado: “As paredes agora erguidas é atribuída a missão de serem muito mais do que um edifício: pretende-se que se tornem um espaço de excelência pedagógica, onde cada criança encontre oportunidades de aprendizagem, experiências significativas e liberdade para explorar, errar e aprender. Um lugar onde se cultiva a curiosidade, a criatividade e, acima de tudo, a felicidade, porque crianças felizes tornam-se adultos felizes e adultos felizes têm o poder de transformar o mundo”.



eSOCIAL INFÂNCIA
by F3M

participe no
HEALTHi TALKs
by F3M

— BUROCRACIA
+ TEMPO PARA EDUCAR
CONHEÇA O eSOCIAL INFÂNCIAI

- Planificação simples e integrada
- Bloco de Notas para registar o que realmente importa
- Avaliação automática com base no que regista
- Comunicação segura e privada com as famílias

Espaço de partilha

Diálogo aberto e construtivo sobre os principais desafios enfrentados pelas instituições

Partilha de experiências e reflexão conjunta sobre práticas de sucesso

Melhoria contínua na prestação de cuidados

F3M

saiba mais em
www.f3m.pt

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DE PARALISIA CEREBRAL

Coimbra recebeu comemoração do Dia Nacional da Paralisia Cerebral

O Dia Nacional da Paralisia Cerebral, assinalado a 20 de outubro, neste ano de 2025 teve as suas comemorações oficiais em Coimbra, associando-se, assim, à celebração dos 50 anos da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), a anfitriã do evento.

As comemorações, realizadas em parceria pela APCC e a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) tiveram o seu momento mais marcante no congresso internacional, que decorreu no Auditório do Conservatório de Música de Coimbra.

O encontro visava proporcionar uma oportunidade para debater diversos temas de interesse para toda a comunidade.

A data ficou também marcada pelas críticas que os responsáveis pela APCC e pela FAPPC endereçaram ao poder político.

“Confiança crítica” será a expressão que melhor resumirá as palavras de Rui Coimbras, presidente da Federação de Paralisia Cerebral. Com uma intervenção direcionada ao poder político e a diversas áreas de intervenção que há já alguns anos “necessitam de especiais e urgentes medidas”, Rui Coimbras elencou alguns dos pontos do caderno reivindicativo “atempada e repetidamente (duas vezes) entregue ao Governo”.

Identificando um conjunto de “27 problemas” praticamente sem avanços “já desde os anteriores governos socialistas”, Rui Coimbras instou o atual Governo a concretizar efetivas atitudes em relação às pessoas com deficiência e às instituições e profissionais que têm intervenção do Terceiro Setor.

“Já são quase dois anos de governação e ainda se aguardam novidades em relação aos acordos com a Segurança Social, à legislação dos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão e à intervenção dos Centros de Recursos para a Inclusão”, referiu.

Rui Coimbras sublinhou o facto de, quase meio século depois, “regressar” à associação de paralisia cerebral que lhe facultou um dos primeiros atendimentos quando ainda criança, tendo partilhado os documentos que, em dezembro de 1976,



tinham sido preenchidos pelo médico Luís Borges, precisamente um dos homenageados nesta cerimónia de 20 de outubro.

A iniciativa contou com a presença de mais de duas centenas de profissionais, pessoas com paralisia cerebral, familiares, técnicos e representantes de diversas entidades nacionais e locais.

No final, Carlos Condesso, presidente da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra, deixou um apelo ao reforço de políticas públicas, “que deem respostas verdadeiras às pessoas, para que ideias como a participação plena e a autodeterminação se concretizem na prática”.

APCC – ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

Ginásio requalificado recebe nome do atleta António Oliveira Marques

Desde o passado dia 30 de outubro, o ginásio do Centro de Reabilitação da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra ganhou a designação de Ginásio António Oliveira Marques, um tributo ao atleta paralímpico de boccia.

O antigo jogador de boccia, que encerrou há pouco a carreira de cerca de quatro décadas, empresta agora o seu nome e o seu legado ao local onde, diariamente, diversos outros utentes da instituição praticam

aquela modalidade e outras atividades desportivas.

O ato de descerramento da placa que eterniza o nome de António Oliveira Marques contou com a presença do presidente da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), Carlos Condesso, e do presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Silva, numa cerimónia no âmbito da reabertura do espaço após uma intervenção de requalificação.

Na homenagem participaram ainda outros atletas da APCC, bem como profissionais da Associação, entre os quais Emílio Conceição, parceiro de competição de António Marques há mais de 30 anos.

A ocasião serviu para enaltecer os muitos feitos do atleta nascido em Aveleira (Penacova), em 1963, como as 21 medalhas alcançadas em grandes competições internacionais, sete das quais em Jogos Paralímpicos, que fazem dele um dos jogadores

de boccia mais medalhados naquela competição.

O Ginásio António Oliveira Marques ganha esta designação depois de uma obra de requalificação que teve como principal melhoria a colocação de um novo piso, suportado pela Câmara Municipal de Coimbra, no âmbito de um apoio que permitiu também intervir na piscina do Centro de Reabilitação.

A remodelação beneficia ainda os restantes utentes do Departamento

de Educação Física e Desporto da APCC que utilizam o espaço tanto para a preparação física de outras modalidades, como em sessões de atividade motora adaptada e de expressão e educação físico motora.

A prática desportiva é uma vertente muito importante na atividade da APCC, onde, diariamente, são dinamizadas modalidades aos níveis da alta competição (como o boccia, a natação e a tricicleta) e do lazer e manutenção.

No início de 2026 haverá acordo de coo

SOLIDARIEDADE – Qual é o ponto de situação das negociações entre o governo e o sector social para a atualização das comparticipações do Estado?

CLARA MARQUES MENDES - Quando nós tomámos posse, no XXIV governo, decidimos de imediato fazer um trabalho com o sector social que nunca tinha sido feito. Decidimos, em conjunto, encontrarmos o custo de cada resposta social para que pudéssemos perceber exatamente qual era a comparticipação do Estado. Isto porque? Porque havia no passado, antes desta prática, dados que nunca tinham sido consensualizados. No âmbito do Pacto de Solidariedade está acordado que a comparticipação do Estado, relativamente às respostas sociais, deve ser justa e equitativa. No sentido de o Estado chegar aos cinquenta por cento de comparticipação, à exceção das respostas da deficiência, faltava saber os custos reais das respostas. Isso levou a que nunca houvesse um verdadeiro entendimento daquilo que era a posição do Estado e a posição do sector social. Para dar exemplo, na ERPI o Estado dizia que comparticipava com 43% face ao custo da resposta e as instituições do sector social diziam que era 38%. Com este trabalho, que nós fizemos em conjunto, verificamos que era bem inferior, era 36%. Demos conta que havia quatro respostas que estavam numa situação mais deficitária e, portanto, decidimos fazer uma atualização de 3,5% em Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Lar Residencial e ERPI. Ficou decidido que esses 3,5% consolidavam para os anos seguintes. Para as outras respostas sociais encontramos uma fórmula que anula o aumento do salário mínimo nacional e a inflação. É uma fórmula que ficou consensualizada e será o futuro das atualizações na sua base. Naturalmente, temos limitações orçamentais. Fomos fazendo maior aumento naquelas valências que estavam mais deficitárias. Foi por isso que em ERPI o aumento foi de 12% para ficar nos 40% de comparticipação por parte do Estado. E houve respostas, como foi o caso do Apoio Domiciliário, que com aquela atualização de 3,5% já ultrapassa os 50%. Agora estamos a analisar algumas respostas em que não tínhamos avaliado efetivamente o custo das mesmas porque estavam em alteração como é o caso das respostas residenciais das crianças e jovens em acolhimento residencial. Neste momento, estamos numa fase ainda de apuramento do custo real da resposta, face às exigências legais que existem, e estamos a aguardar o valor correto da inflação para podermos aplicar a fórmula. E há o aumento do salário mínimo para 920 euros. Assim que os valores estiverem estabilizados nós faremos a atualização e vamos caminhar naturalmente para o objetivo dos 50%.

O que falta é o apoio extraordinário, acima

dessa fórmula, para se fazer a aproximação aos 50%?

Exatamente. O que se pretende, de certa forma, é minimizar o impacto do aumento do salário mínimo e da inflação e em cima disso acrescentar a atualização para chegar à equidade. É o caminho que vamos continuar a fazer.

O objetivo é chegar aos 50% nesta legislatura?

Nós temos essa previsão. Já foi referido em reuniões que tivemos a Comissão Permanente do Sector Social e Solidário. Mas para além da paridade na comparticipação há outro aspeto que é muito positivo para as instituições que é a previsibilidade. No passado as atualizações eram feitas normalmente ou a meio do ano ou no final do ano, ou até a meio do ano e no final do ano, repartidas, com retroativos. Isto gerava muita instabilidade para as instituições porque, quando estão a preparar o seu orçamento, não sabem nem quando nem quanto vão receber de comparticipação. Nós, o ano passado, fizemos essa atualização em março. Este ano queremos ver se a fazemos já em fevereiro. Além disso há outra diferença: as instituições recebiam a comparticipação do Estado depois do dia 20, o dia em que assumem e ou têm imensos compromissos, designadamente com a própria Segurança Social. Fez-se a alteração e começamos a pagar as comparticipações ao dia 19.

Está convencida que até ao final do ano haverá acordo?

Sim. Final do ano ou o mais tardar em janeiro. Sabemos a fórmula de base, independentemente do valor do aumento de salário mínimo e do valor da inflação e já estamos a analisar as outras matérias, no sentido de perceber quanto é que nós podemos aumentar sem essa parte.

Em entrevista à Rádio Renascença/ Agência Ecclesia o presidente da CNIS dava conta do descrédito em relação ao sucesso das negociações...

Eu confesso que não me foi manifestada essa preocupação. Compreendo que é o normal. Todas as instituições reconhecem, e a própria CNIS também, que foi dado um passo muito importante no acordo que fizemos no ano passado, quando também havia dúvidas. Eu não vejo razões para preocupação. Eu sou otimista, mas realista. E por aquilo que temos de trabalho feito ao longo deste ano e meio não me parece que haja problemas para nós chegarmos a entendimento.

A importância do salário mínimo. Por um lado, é uma necessidade por outro sempre que aumenta as Instituições ficam ainda mais frágeis... 70 por cento dos custos das IPSS são salários.

A fórmula de base é objetiva e serve para dar estabilidade às instituições para saberem todos os anos qual é o mínimo com que contam. Isso não vai ser posto em causa nem por nós nem pelas organizações sociais. A fórmula vai neutralizar ou minimizar os impactos do aumento de salário mínimo e inflação todos os anos.

Por outro lado, o salário mínimo não é suficiente para manter trabalhadores de qualidade no sector social... O recurso aos imigrantes tem sido providencial.

É uma realidade. Os salários mínimos nem sempre conseguem fazer com que as pessoas se fixem nos locais, mas isso é também uma das razões pelas quais nós, em conjunto, decidimos garantir sustentabilidade às instituições para que elas também possam ter melhores condições para pagar melhores salários. Nós estamos empenhados em ajudar a resolver a questão da sustentabilidade, como também em aumentar as fontes de financiamento do sector social. Por exemplo, é nossa intenção aumentar para 1,5% a consignação em IRS; outro aspeto é a questão da majoração do Apoio Domiciliário nas terras de baixa densidade populacional. Começamos já a pagar essa majoração. E há outro aspeto que, nós estamos convencidos, também vai ajudar muito no funcionamento e, de certa forma, aliviar o sector social, que é a revisão das regras para o licenciamento e para o funcionamento das respostas sociais. Nós verificamos, consoante as respostas, que há determinadas exigências que já não se compadecem com a realidade atual e há outras que, às vezes, nem têm muito racional. Há determinados aspetos que nós temos obrigação de, ouvindo as instituições, ouvindo os técnicos, ouvindo todos, percebermos aquilo que nós poderemos fazer para também melhorarmos a a situação das instituições. Nós não nos bastamos com a atualização da participação do Estado.

Metade, ou mais, das Instituições de Solidariedade Social apresentam resultados negativos no final do ano. E, recordo, as direções são voluntárias...

Nós temos, e o próprio sector também, vindo a sinalizar a necessidade de mais formação e mais acompanhamento dos dirigentes das instituições. Atualmente, os dirigentes, que são voluntários, têm sempre suporte para todas as situações. As equipas técnicas estão bem preparadas. Quanto aos prejuízos sistemáticos das IPSS, de certa forma resultam muito do que foi a forma como o Estado trabalhou nestes últimos anos. As instituições têm muita capacidade de se reinventarem e de terem formas de gestão inovadoras.

A que se refere?

Ao projeto SAD+Saúde, por exemplo. É uma



Cooperação do governo com o sector social



resposta que nós, governo, verificámos que muitas instituições já fazem. Nós verificamos que as respostas mais sólidas são as que vêm da comunidade, daquilo que se sente falta na comunidade e as instituições resolvem. O apoio domiciliário, como está desenhado, e como é prática habitual, de levar a refeição, fazer a higienização, não é suficiente para que as pessoas possam sentir-se seguras nas suas casas, possam viver com mais qualidade, possam ficar, de certa forma, protegidas do isolamento que é o drama nestas idades. As instituições começaram a oferecer muito mais serviços, a ir buscar as pessoas, a levá-las ao médico, a trabalhar par lhes dar mais convívio, atividades... Isto o Estado não comparticipa. São as famílias ou as próprias instituições que avançam com o serviço para a população, mas o Estado não comparticipa porque o Estado não tem a resposta desenhada dessa forma.

É o que se pretende com o SAD+Saúde?

Foi por isso que nós desenhámos o projeto piloto SAD+Saúde para durar durante o próximo ano. No final faremos a avaliação e ele transforma-se em resposta tipificada. Sete dias por semana e vinte e quatro horas por dia, com recurso à possibilidade de ter uma forma de comunicar com a instituição e saber que não a pessoa não está sozinha. Esta resposta vai ser comparticipada pelo Estado. Nós vamos ter cinco projetos piloto e depois implantá-la por todo o país. Desde que nós falamos nesta iniciativa houve logo da parte das instituições uma grande abertura até para fazerem parte deste projeto piloto.

Nós também queremos ter respostas alternativas à institucionalização e, na verdade, nós falamos muitas vezes que queremos evitar a institucionalização ou que queremos retardar a institucionalização e que a institucionalização não pode ser o único recurso para as pessoas, mas o Estado tem feito pouco, para esse efeito. Estamos convencidos que este tipo de apoio domiciliário é o mais adequado nestes tempos.

Nós temos instituições que fazem trabalho notável, eu conheço muitas que trabalham no combate ao isolamento, que fazem trabalho notável com os jovens, promovendo a intergeracionalidade e portanto, o Estado é que na nossa opinião, tem que estar também mais presente. Eu costumo dizer que nós não inventamos nada, nós simplesmente tivemos vontade política de fazer acontecer aquilo que já muitas instituições fazem mas que não fazem com a comparticipação do Estado. E, portanto, o Estado tem que também assumir aqui a sua responsabilidade de impulsionar a inovação das respostas sociais.

Julga que neste momento é possível colocar à mesma mesa, em pé de igualdade, os diferentes ministérios para proporcionar essas

respostas integradas?

Sim. A Educação e a Saúde, no que diz respeito às respostas sociais, estão efetivamente muito presentes e parecia-me que a Saúde e a Segurança Social nem sempre conversavam. Ora, já começamos a trabalhar em conjunto. A primeira medida, depois do aumento do Complemento Solidário para Idosos ser anunciado, a primeira medida que tomamos aqui nesta Secretaria de Estado, foi a dos medicamentos gratuitos para os beneficiários de CSI, e foi com a Saúde.

A Saúde e a Segurança Social hoje estão muito conscientes da necessidade do seu envolvimento conjunto. Por exemplo, em julho, iniciou-se nos cuidados continuados a hospitalização domiciliária. Para as pessoas que não forem autónomas ou não tiverem retaguarda familiar nós fizemos um projeto, que está a decorrer com cinco experiências piloto, para a Segurança Social fazer a parte do apoio social. A equipa médica é fundamental nos tratamentos, mas depois há o acompanhamento. E aqui entra a Segurança Social. As duas áreas governativas perceberam que têm de caminhar lado a lado.

Mas a rede de cuidados continuados não é um bom exemplo, pois não?

A Rede de Cuidados Continuados é uma resposta cara. Nós sabemos das dificuldades. Não foi sendo atualizada conforme devia. Fizemos esforço muito grande para uma atualização de 4,9% nos cuidados continuados de longa duração e reativámos o grupo de trabalho para reforçar o financiamento. Esse é o grande problema que nos obriga a dialogar ainda mais com a Saúde porque é comparticipada pelas duas áreas. Com franqueza, aquilo que eu vi, antes de estar no governo, era duas áreas que nem sequer conversavam.

Os novos tempos exigem nova geração de políticas sociais. É por demais evidente na questão do envelhecimento. Há questões desafiantes para a ação social.

Nós temos que olhar para a questão do envelhecimento de duas formas. Primeiro, esta realidade demográfica coloca-nos desafios, felizmente, as pessoas vivem até mais tarde. Depois, a parte mais triste é que as pessoas vivem até mais tarde, mas nem sempre com qualidade de vida. Portanto, nós temos que pensar de uma forma estrutural: temos que começar a trabalhar desde que nascemos para envelhecermos com saúde. Termos mais e melhores práticas em termos de cuidados, para garantirmos uma longevidade com qualidade. Por isso é que este governo se comprometeu, e tem no seu programa de governo, já tinha no anterior, a questão da longevidade. É uma medida estrutural

para nós garantirmos que a nossa população vai envelhecer com qualidade. Começa a dar-se uma importância ao exercício físico, começa a perceber-se que é uma questão de saúde e não é apenas saúde física.

E depois temos que olhar para as estruturas que temos e capacitá-las. As instituições têm sido perfeitamente capazes de dar respostas, mas nós também temos que ajudar. Nós temos que ter respostas fora das instituições, com outros modelos, por exemplo com a habitação colaborativa.

Novas respostas sociais...

Novas respostas sociais que vão trabalhando mais a autonomia das pessoas. Esta questão de as pessoas estarem ou nas instituições ou nas suas casas mas sem que as estimulem, não tem relevância. Nós temos que pôr a academia, as universidades seniores a envolverem-se mais com as Instituições, com as ERPI's, porque vão promover uma maior atividade das pessoas. Relativamente ao envelhecimento, nós temos que ser capazes de ser inovadores nas respostas que damos, estarmos preparados para esta nova realidade, a questão das demências precoces. Infelizmente hoje vivemos um grave problema de saúde mental que é transversal às várias idades. Nós temos tido muitos contactos com os coordenadores nacionais da saúde mental e demências para criar novas respostas e capacitarmos mais as instituições que estão a lidar com esta nova realidade. Temos cada vez mais problemas de saúde mental em jovens... E portanto, todos nós, sociedades, o Estado, as entidades, temos que nos preparar para lidar com esta realidade e ter outros tipos de respostas que garantam efetivamente mais qualidade de vida às pessoas e que não seja a institucionalização o último recurso.

Qual é a consideração que, de uma maneira geral, este Governo tem relativamente ao Sector Social Solidário?

Eu vou lhe dizer aquilo que o senhor Primeiro-Ministro disse quando assinamos a adenda ao último acordo de cooperação. Ele disse que o Sector Social era parceiro da excelência do Estado. É assim que nós vemos o sector social e as ações que nós temos vindo a tomar em termos de governação mostram isso mesmo. Nós temos um profundo reconhecimento pelo sector social e estaremos sempre, e contaremos sempre, com o sector social e o sector social pode contar também com este governo.

E, portanto, o reconhecimento maior é trabalharmos para que o sector social consiga fazer bem aquilo que sabe fazer.

VICTOR PINTO (TEXTO E FOTOS)

FUNDAÇÃO BETÂNIA, BRAGANÇA

Nascimento de filhos de trabalhadoras foi celebrado em “família”

Seis crianças, nascidas entre 31 de dezembro de 2024 e 19 de setembro de 2025, filhos de colaboradoras da Fundação Betânia, foram “abençoadas”, numa cerimónia de ação de graças, realizada na instituição de Bragança, com a presença das mães, amigos e familiares.

O Conselho de Administração da Fundação Betânia decidiu assinalar o nascimento de cada criança, sublinhando a alegria que cada uma representa, na vida da família, dos amigos e até da região.

“Num território tão desertificado como o nosso, em que a taxa de natalidade é das mais baixas no país, o nascimento de seis bebés é motivo de festa e alegria”, referiu Monsenhor Adelino, que presidiu à celebração.

“O momento quis, sobretudo, celebrar a vida, reconhecer a beleza da maternidade e fortalecer os laços da ‘Família Betânia’, agora mais aumentada”, refere a nota da instituição enviada ao Solidariade.

A celebração aconteceu, no passado dia 15 de outubro, no Santuário da Família, onde as

mães entraram com as respetivas crianças ao colo, ao som de uma música harmoniosa, da autoria de Fábola Mourinho.

“É com imensa alegria que a grande Família da Fundação Betânia se reúne para celebrar um momento único na vida de cada uma de vós, para celebrar o dom da maternidade”, afirmou a diretora da instituição Paula Pimentel, acrescentando: “Seis mulheres, seis histórias, seis novas vidas que chegaram ao mundo através do amor, da coragem e da esperança. E nós, como instituição que valoriza a vida em todas as suas formas, queremos fazer mais do que simplesmente reconhecer este momento”.

Dirigindo-se às mães, Paula Pimentel reforçou a importância do contexto, dos amigos e dos colegas para enfrentar o grande desafio da maternidade.

“Que nunca vos falte o apoio necessário e que haja sempre ombros amigos, aqui na Fundação e fora dela, para partilhar o peso e a beleza dessa nova e bela missão”, sustentou,



sublinhando que, apesar de ser apenas uma celebração foi simbólica, a instituição assume-a como um compromisso contínuo com o

cuidado, com o respeito à maternidade e “com a valorização de quem doa tanto de si todos os dias, no trabalho e em casa”.

CENTRO SOCIAL DE PARAMOS, ESPINHO

Utentes e população assinalaram a luta contra o cancro da mama

O Centro Social de Paramos assinalou, no passado dia 24 de outubro, o mês dedicado à prevenção do cancro da mama, uma iniciativa que envolveu utentes e trabalhadores e que consistiu em uma homenagem às mulheres que enfrentam a doença.

Os participantes na iniciativa foram convidados a usar uma peça de roupa ou um acessório cor-de-rosa, cor que simboliza a luta contra o cancro da mama.

Por outro lado, com esta iniciativa a instituição procurou sensibilizar a comunidade para a importância da prevenção e do diagnóstico precoce da doença, ação fundamental para melhor atacar a doença quando detetada.

“O Centro Social de Paramos reitera, assim, o seu empenho na promoção de uma sociedade mais consciente e solidária, consolidando a sua missão social e comunitária”, lê-se na

nota enviada à redação, onde é acrescentado: “Através de gestos como este, a instituição continua a contribuir para a promoção da saúde e do bem-estar da comunidade, especialmente em temas de relevância coletiva, como o cancro da mama”.

Ainda em outubro, a instituição de Paramos, no âmbito da Semana para a Erradicação da Pobreza, promoveu, no dia 17, uma Sopa Comunitária, no Complexo Habitacional da Quinta de Paramos.

Com esta Sopa Comunitária, o Centro Social quis “promover a união e espírito de ajuda mútua entre os membros da comunidade”.

Integrada no espírito da anual Semana para a Erradicação da Pobreza, que passa por sensibilizar a população para questões sociais e para a luta contra a pobreza, a iniciativa do Centro Social arrancou com a recolha de alimentos, doados



pela comunidade, com o propósito de confeccionar o caldo.

Com forte adesão para comunidade,

“a Sopa Comunitária foi uma excelente oportunidade para criar laços, partilhar momentos de confraternização

e reforçar o compromisso de apoio mútuo entre a comunidade”, sublinha a instituição.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhorar a qualidade dos seus serviços e aumentar a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em outsourcing.



EDITAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS



SERVÍCIOS PLATEIAÇÃO



RETRABALHO EDITORIAL



RETRABALHO FÍSICO E DIGITAL DE EVENTOS



RENDIMENTO



REVISÃO E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALUMINUM



SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ELÉTRICA



LOGÍSTICA



DESENVOLVIMENTO E INOVATIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

UNIDADE OPERATIVA TRIVALOR-SCS-GR

ROA DA UNIVERSIDADE 20- 2705-070 CAMARQUEJA
TEL: 201 408 000 / 201 408 000
FAX: 201 408 000 / 201 408 000
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS



ALZHEIMER PORTUGAL, LISBOA

Conferência Anual é já no dia 18 na Fundação Calouste Gulbenkian

No próximo dia 18, o Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian recebe a Conferência Anual 2025 da Alzheimer Portugal, este ano dedicada ao tema «Doença de Alzheimer e outras Demências – da Ciência à Clínica».

“A Conferência tem como principal objetivo dar a conhecer a familiares e cuidadores qual o atual estado da arte no que diz respeito à intervenção farmacológica e não farmacológica, ao diagnóstico, sem esquecer a abordagem política e a perspetiva do cuidador”, lê-se na nota enviada ao Solidariedade sobre a iniciativa que pretende procurar resposta e debater questões como: “O que podemos esperar dos novos fármacos? A quem se destinam? Como vamos garantir o seu acesso a quem deles possa beneficiar? É hoje mais fácil obter um diagnóstico de demência ou despistar outras situações que se podem confundir com alguma forma de demência? Que abordagens não farmacológicas e qual a sua eficácia? Já temos políticas específicas para as Pessoas com demência? Estão os decisores políticos e o Sistema Nacional de Saúde preparados para os novos desafios da Inovação?”.

O programa e outras informações e condições de inscrição, encontram-se disponíveis no site da Alzheimer Portugal. A propósito desta temática, a instituição

vai realizar uma formação online, no dia 28, entre as 16h00 e as 18h30, onde será abordada a «Intervenção farmacológica na doença de Alzheimer e outras demências», cujo público-alvo é o dos cuidadores formais (Técnicos de nível 5 e 6). A médica neurologista Carolina Guerreiro é a formadora.



Opinião

Paulo Pedroso

Sociólogo, Ex-ministro do Trabalho e Solidariedade



Para regionalizar sem fragmentar a educação e formação profissional

A descentralização da educação em Portugal ganhou um novo impulso com a transferência de competências para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) efetuada pelo Decreto-Lei n.º 117/2025, de 5 de novembro. Esta mudança pretende alinhar a oferta educativa com as necessidades de cada região, sobretudo no ensino profissional. No entanto, o diploma não elimina riscos de fragmentação, que podem prejudicar a materialização da sua boa intenção.

Apesar deste e outros avanços dos últimos anos, persiste a necessidade de uma reflexão sobre o modelo de administração territorial mais adequado para o país.

Considero que a regionalização seria benéfica para Portugal, mas o debate foi prejudicado por fatores políticos e pela falta de envolvimento das populações, dificultando a criação de uma administração territorial adequada.

Há décadas que se tenta compensar, parcialmente, essa falha estrutural na criação do modelo de administração do território, que fazia parte das promessas da Constituição de 1976, com atos do poder central que criam um simulacro tecnocrático de administração regionalizada das políticas. Em 1979, um dos governos mais curtos e com mais impulso reformista da história do Portugal democrático, o governo de Maria de Lurdes Pintasilgo, criou as Comissões de Coordenação Regional, integrando nelas as Comissões de Planeamento Regional que já vinham do governo de Marcelo Caetano e dando a estas novas comissões um impulso político que os governos seguintes, de direita e de esquerda, alimentaram e desenvolveram.

Simultaneamente, vários ministérios mantiveram estruturas próprias, dificultando a integração territorial.

Nos últimos anos, tem-se assistido a tentativas, de sucesso ainda não totalmente definido, de dar coerência a esta dinâmica, por duas vias. A governança multinível do país, com recurso a passos de devolução de poder a níveis territoriais infranacionais, deu lugar a

processos de delegação de competências nos municípios (como o de que aqui falei no artigo do mês passado), mas também ao reforço das estruturas de coordenação regional.

Em 2023, o governo de António Costa procedeu à transformação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) em institutos públicos, alterou o seu modelo de governação e integrou nelas novas competências de diversas áreas setoriais.

O atual governo vem, agora, no âmbito da reestruturação orgânica em curso no Ministério da Educação, acrescentar um passo neste processo, transferindo para elas competências de planeamento da rede escolar, da oferta formativa e de acompanhamento da implementação das políticas.

Em termos conceptuais, é um passo relevante e positivo. Se uma parte da oferta educativa pode bem ser planeada numa base municipal, outra transcende notoriamente esta escala territorial. O planeamento regional é essencial para alinhar a oferta educativa, especialmente no ensino profissional e técnico, com as estratégias de desenvolvimento regional. A intenção, expressa no diploma de transferência de competências, de que a intervenção das CCDR contribua “para um melhor alinhamento com a estratégia de desenvolvimento regional”, bem como a de que as CCDR contribuam para a “monitorização da execução das políticas educativas na sua dimensão regional”, se bem concretizada, pode impulsionar uma melhoria significativa na relevância destas ofertas educativas e na sua boa gestão.

Após décadas de investimento político, nos discursos e nos recursos no ensino profissional, importa garantir que a oferta efetivamente criada seja relevante territorialmente e se liberte de mecanismos perversos que persistem, por exemplo, na fragilidade da orientação vocacional, na tentação de desenvolver ofertas com base prioritariamente nos recursos – principalmente docentes – existentes nas escolas e, até, em mecanismos inóvies de retenção de alunos

nos estabelecimentos escolares de proveniência do ensino básico, limitando a sua possibilidade real de fazerem as escolhas que melhor lhes convêm.

Para evitar fragmentação, é fundamental que o planeamento envolva todas as ofertas de dupla certificação, não apenas as do Ministério da Educação, garantindo relevância para os sistemas de emprego regionais. Se é certo que o diploma refere, entre as competências transferidas, a participação “no planeamento das políticas públicas na área da educação e da formação profissional não superiores, nos seus diferentes níveis e modalidades”, não é menos certo que o diploma está totalmente concentrado nas modalidades de formação profissional em contexto escolar. É fundamental que o planeamento envolva todas as ofertas de dupla certificação, evitando a fragmentação entre diferentes entidades e garantindo a relevância para os sistemas de emprego regionais.

Há o perigo, que espero que seja mitigado em diplomas posteriores e/ou na execução das novas competências, de, em vez de estimular um planeamento integrado das ofertas de educação e formação vocacionais e de carácter profissional, este passo em frente poder ter um efeito perverso de perpetuar, ou até agravar, o afastamento de um planeamento territorial integrado das ofertas de formação, com certificação escolar e profissional, da responsabilidade dos Centros de Formação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional e dos Centros de Gestão Participada, face ao planeamento da oferta de educação e formação, à orientação vocacional transparente e centrada nos interesses e orientações dos formandos e à melhoria da relevância para os mercados de trabalho regionais das oportunidades que a formação abre aos cidadãos. Nada que não se resolva com um trabalho abrangente de planeamento da oferta por parte das CCDR, nem com um diploma, que parece estar a faltar, sobre a coordenação territorial de todas as ofertas escolares e profissionais de carácter vocacional.

Opinião

Henrique Rodrigues
Presidente do Centro Social de Ermesinde



O eterno retorno

1 – Por estes dias, na Assembleia da República, debate-se o Orçamento do Estado para 2026.

Foi já aprovado na generalidade, passando-se à fase da discussão na especialidade, em que os diversos partidos, quer os que sustentam o Governo, quer os que integram a Oposição, podem apresentar propostas de alteração ao referido documento.

O Governo já esclareceu que a margem de alterações a aprovar será escassa, devendo manter-se os traços fundamentais da proposta apresentada pelo Executivo.

E também parece já estabilizada a ideia do que o debate das alterações se concentrará na questão das pensões, confrontando-se duas ideias opostas:

por um lado, o Governo, e o PSD e CDS com ele, defendendo a possibilidade de, se a execução orçamental for favorável, ser atribuído um suplemento excepcional ao valor das pensões, a acrescer à actualização regulamentar devida, sem que tal montante seja integrado no valor-base das pensões respectivas, isto é, sem que tal montante suplementar passe a integrar a base de cálculo de futuras actualizações anuais – repetindo a fórmula seguida em 2025;

por outro lado, o PS, avançando com a proposta daquilo que designa como “aumento estrutural” do valor das pensões, isto é, somando ao valor base resultante da actualização anual segundo a fórmula legalmente definida o montante do aumento suplementar, passando as sucessivas actualizações anuais a incidir sobre uma remuneração-base resultante desse valor reforçado.

Simplificando: segundo a proposta do Governo, chegados a Dezembro de 2026, o valor da pensão de cada reformado ou aposentado seria a soma do valor da pensão em Janeiro de 2026 com o montante da actualização estatutária em 2026; e segundo a proposta do PS, à referida soma haveria que acrescentar o

montante do aumento estrutural.

2 – A minha primeira observação é semântica – e é de discordância relativamente à designação dos beneficiários desse estipêndio mensalmente atribuído a quem, após uma vida de trabalho, se reformou ou aposentou.

O Governo – este, como os anteriores – chama-lhes pensionistas.

Eu prefiro a designação de “reformados” ou “aposentados”, consoante tenham trabalhado no sector privado ou para o Estado. “Pensionista” remete para um registo semântico de concessão, de atribuição facultativa, de uma mercê (do Governo).

(Como se fosse uma tença, como a atribuída pelo Estado a Luís de Camões, “tão pobre que comia de amigos ...”, escreveu Diogo do Couto.)

Ora, se há coisa que o Tribunal Constitucional deixou bem clara, aquando da ofensiva do Governo de Passos Coelho contra as pensões, foi a natureza destas como um direito

do seu titular, como contrapartida do nosso modelo previdencial, construído a partir do seu financiamento pelas relações laborais, pelos descontos sobre os salários, efectuados pelos trabalhadores e pelos respectivos empregadores.

“Reformado” ou “aposentado” remete semanticamente para um estado, uma titularidade de direitos, enquanto “pensionista” possui uma conotação passiva, de beneficiário de uma concessão.

A imprensa, em regra transcritora acrítica da linguagem do poder, ajuda a criar essa impressão.

3 – O que me leva a outro aspecto da utilização da modulação da linguagem para induzir percepções enganadoras – ainda sobre as pensões.

Quando chega a altura do ano em que o Governo, no estrito cumprimento da obrigação legal, determina a actualização das pensões, o tom normal das notícias é o seguinte: “as pensões são aumentadas em x%.”

Os meios de comunicação social chamam aumento ao que constitui uma mera actualização, para repor poder de compra; e obliteram que muitas das pensões de reforma ou de aposentação de nenhum aumento são objecto ... nem de aumento, nem de actualização sequer.

Para 2026, prevê-se uma actualização de 2,79% - 0,5 por cento acima da inflação esperada -, mas apenas para as pensões até 1045 euros; e igual ou inferior à inflação esperada nas

pensões superiores a esse montante.

E há pensões de reforma ou de aposentação que não são objecto de actualização nenhuma, desde há muitos anos – e que vão continuar assim, não obstante o seu titular tenha feito os descontos durante a vida activa na mesma percentagem dos restantes.

Essa diferenciação de regimes recomendaria que o jornalismo especializado não embandeirasse em arco com as propostas dos sucessivos Governos quanto a essas medidas, dando-lhes um alcance superior ao que possuem e deixando implícito, falsamente, que a percentagem de actualização mais elevada – em regra, igual à inflação – compreende todas as pensões, como se todas tivessem a actualização calculada por essa (percentagem) mais elevada.

4 – Voltemos ao Orçamento para 2026 e às pensões: suplemento excepcional, como quer a AD; ou aumento estrutural, para além da actualização legal, como quer o PS?

Sou favorável ao suplemento excepcional.

Não porque considere que as pensões são de montante adequado ao que seria justo.

É difícil considerar justo que 90% das pensões estatutárias sejam inferiores a 1045 euros mensais, como disse a Ministra do Trabalho no fim de semana passado.

Mas a luta contra a pobreza deve ser assegurada pelo Estado – através do seu Orçamento, como é o caso do

CSI; não pelos trabalhadores, através do Orçamento da Segurança Social, de que são os trabalhadores os verdadeiros donos.

Enquanto não forem expropriados dele.

Há dois anos, Luís Montenegro alicerçou a sua caminhada vitoriosa para o poder reconhecendo a cizânia de que os reformados haviam sido vítimas no governo da troika e propondo-se a reconciliação com esse grupo social.

Mas quem esteve por trás desse ataque então feito aos reformados não desistiu de entregar ao capital financeiro e aos grandes grupos das seguradoras as receitas da Segurança Social com vista à especulação bolsista.

Maria Luís Albuquerque, Ministra do governo da troika e actual Comissária Europeia, já veio afirmar na semana passada a intenção da Comissão Europeia de fazer depender os financiamentos comunitários aos estados-membros da condição de estes colocarem no mercado de capitais fundos da Segurança Social.

E, no passado fim de semana, o regressado Pedro Passos Coelho veio lembrar aos seus sucessores na chefia do Governo que acabou o tempo “... daquilo que se vai dando todos os anos, assim como quem distribui um prémio aos reformados ...”

Quem está a estudar a sustentabilidade da Segurança Social são repetentes do tempo da troika.

Não mudaram de alinhamento. Mas nós também não!





**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30

Manuais Representantes

19

Manuais Produtores

5.800

Produtos e Serviços

4.800.000

€ por ano

120.000

Terminados mais
de 120.000 toneladas
produzidas

175 M €

Conversões

100%

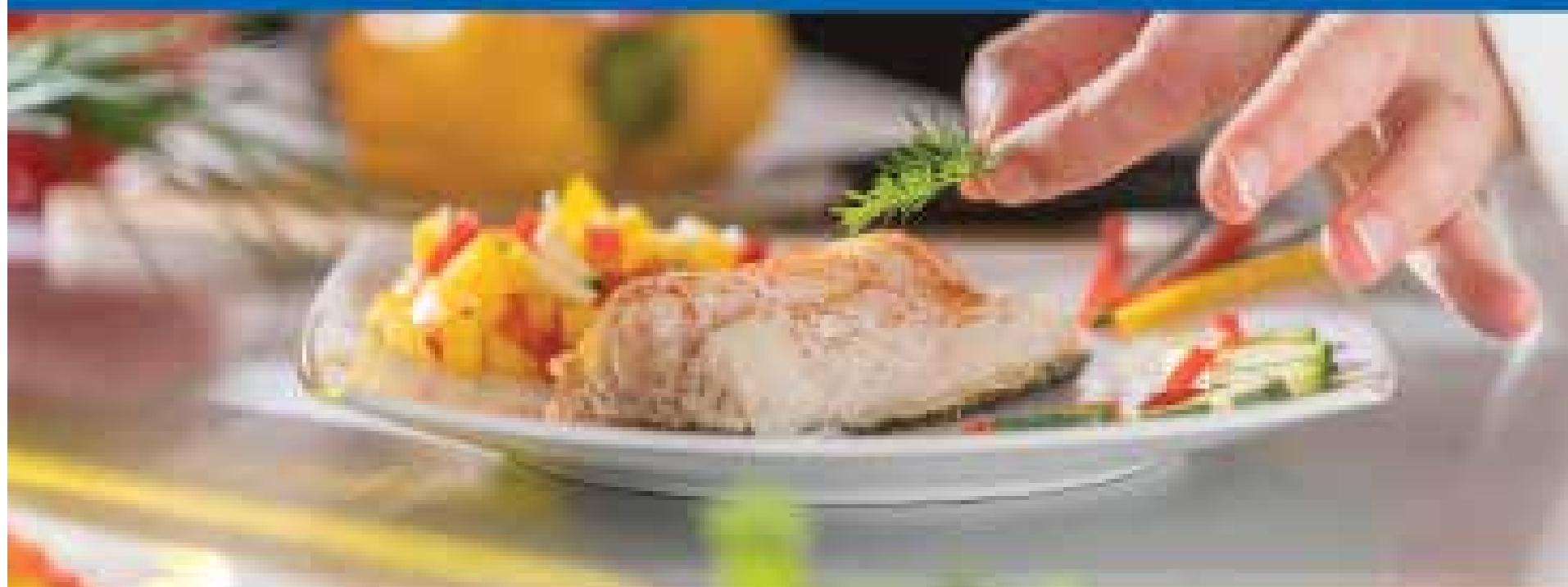
Cobertura Nacional
e áreas internacionais
e integração com a Armada
e o Comércio Exterior

+24.000

Produtos e serviços
e não alimentares

8

Plataformas Logísticas
Lisboa, Ponta Delgada,
Coimbra, Algarve, Açores,
São Miguel e Terceira
e Madeira



LISBOA: 215 001 888
ALGARVE: 303 404 000
PORTO: 303 404 000

COVILHÃ: 215 000 400
VISEU: 303 430 400
MADEIRA: 215 000 400

SÃO MIGUEL: 215 000 400
TERCEIRA: 215 000 400
www.sogemave.pt



Produção e distribuição
de produtos e serviços
e não alimentares

TRIVIA LOR
FABRIL

ENCONTRO ANUAL DAS IPSS DE VISEU

Faltam políticas públicas que reflitam os bons projetos de inovação social

O Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu (ESTGV) recebeu, no passado dia 4 de novembro, o I Fórum de Inovação Social Viseu Dão Lafões e o Encontro Anual de IPSS de Viseu, iniciativas promovidas pela Comunidade Intermunicipal (CIM) Viseu Dão Lafões, Portugal Inovação Social, UDIPSS Viseu e Associação Interioriza-te.

Após a sessão de boas-vindas, subiram ao palco Filipe Almeida, presidente da Portugal Inovação Social, Carlos Azevedo, coordenador de Investigação da Yunus Social Innovation Center – Hub Universidade Católica Portuguesa, e José Carreira, presidente das Obras Sociais de Viseu, que, sob a moderação de Cristina Barroco, do Instituto Politécnico de Viseu, abordaram a temática «Inovação Social e Transformação dos Territórios do Interior».

José Carreira foi claro logo de início, afirmando que “o país está muito inclinado para o litoral e só não está mais por causa da inovação social”.

Por isso, o presidente das Obras Sociais de Viseu defendeu a “criação de parcerias estratégicas, que não sejam feitas em cima do joelho, e que se deixe que correr atrás dos prejuízos”.

Por seu turno, Filipe Almeida reforçou a ideia de que “a inovação social é muito mais eficiente”, argumentando que a partir dela são “estimuladas parcerias entre instituições sociais e entidades de diferentes sectores e proporciona estar tão próximo quanto possível do território”.

Para o responsável pela Portugal Inovação Social, “o maior desafio” que a inovação social enfrenta é a “falta de políticas públicas, porque há projetos com bons resultados que, depois, não passam para as políticas públicas”, lembrando que “o foco não está na inovação social, mas está no problema que a inovação social quer resolver”.

José Carreira afinou pelo mesmo diapasão e alertou: “Há uma grande imprevisibilidade nas políticas públicas, o que é um grande obstáculo ao trabalho das instituições sociais”.

Desafiado a olhar para o interior como um território de oportunidades, onde a inovação social tem o poder de gerar impacto real na vida das pessoas,

Carlos Azevedo sublinhou que “moneizar o impacto é fundamental” no universo social.

Seguiu-se uma sessão sobre «Envelhecimento/Longevidade e Inovação», protagonizada por Maria João Quintela, presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia (APP), após apresentação de com intervenções de Celestino Martins, presidente da UDIPSS Viseu.

“Para envelhecer, é preciso estar vivo... muito tempo”, começou por dizer Maria João Quintela, que, no seu habitual estilo descontraído e desafiador das plateias, acrescentou, referindo-se à importância da atividade física dos mais velhos: “No sofá não há ganhos de vida, nem dá saúde a ninguém”.

A também médica sublinhou que “no envelhecimento a saúde é essencial, mas o nosso modelo está centrado na incapacidade e não nas capacidades que as pessoas ainda têm”, pelo que seria importante saber “quanto valem os velhos portugueses?”, questionou.

Segundo a presidente da APP, há três pilares no envelhecimento ativo, que são “a saúde, a participação e a segurança” e “o embrulho é a solidariedade intergeracional”.

O evento prosseguiu após o almoço com a apresentação de 13 iniciativas de inovação social da região e atribuição do certificado de reconhecimento «Sementes de Inovação – Viseu Dão Lafões»: «Just a Change – Reabilitar Centro», «Comunidade Amiga na Demência», «PRISMA – Rumo à Inclusão», «SaudavelMente: Transformando Vidas com Saúde Mental», «Laços Intergeracionais – Programa de Envelhecimento Ativo e Saudável», «Comer Bem, Sorrir Melhor», «Vencer Emprego – Um Projeto de Talento, Potencial e Inclusão», «INterioriza-te! Youth – Social Innovation Hub», «Incubadora de Inovação Social Viseu Dão Lafões», «Fenótipo Musical Extra», «Fica em Pé: Prevenção de Quedas», «O Poder de Decidir» e «#ID Memória Futura».

Sérgio Silvestre, diretor de Inovação e Portfólio da Claranet Portugal, apresentou, de seguida, o Prémio Nacional de Inovação, que distingue projetos e entidades que se destacam pela capacidade de transformar ideias em soluções

impactantes para o futuro do país.

“O prémio não é monetário, mas de reconhecimento e gostaríamos muito que mais instituições sociais se candidatassem, porque até agora o seu número é residual”, apelou Sérgio Silvestre.

«Inovação Social, Empreendedorismo de Impacto e Responsabilidade Social» foi o tema que reuniu na mesa-redonda Inês Sequeira, CEO e co-fundadora da Rede Capital Social, Ana Feijó Cunha, diretora da Fundação “La Caixa”, e João Cascalheira, coordenador da Incubadora de Inovação Social do Baixo Alentejo, sob moderação de Pedro Moita, assessor da UDIPSS Viseu.

As novas dinâmicas de colaboração entre o sector social, o sector empresarial e os investidores de impacto foram questões abordadas pelos intervenientes, com João Cascalheira a deixar uma ideia muito objetiva: “As incubadoras de inovação social têm de ser os motores de desenvolvimento do seu território”.

O encerramento dos trabalhos ficou a cargo de Luísa Bernardes, representante regional da Portugal Inovação Social, e de Celestino Martins, presidente da União Distrital das IPSS de Viseu.

PEDRO VASCO OLIVEIRA
(TEXTO E FOTOS)



FICHA TÉCNICA



**Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade**

Propriedade:

CNIS (Confederação Nacional
das Instituições de Solidariedade)
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492
Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14

Fax: 22 600 17 74

e-mail:

jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua
da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:

Padre José Baptista

Editor: V.M. Pinto

Redação: Milene Câmara, Pedro
Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

Colaboradores: Eugénio Fonseca,
Henrique Rodrigues, José
Figueiredo e Paulo Pedrosa

Estatuto Editorial:

[http://www.solidariedade.pt/site/
mostrapdf/13446](http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446)

Impressão:

Unipress - R. Anselmo Braancamp,
220 - Granja 4410-359 Arcozelo -
Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares

Depósito Legal n.º 11753/86,
ICS-111333

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NO MUNDO

Portugal aprovou declaração que coloca combate à fome e à pobreza como prioridade

Portugal aprovou, juntamente com outros líderes na Cimeira do Clima, uma declaração que coloca o combate à fome e à pobreza nas prioridades das políticas globais para enfrentar as alterações climáticas.

A Declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática Centrada nas Pessoas, que também apela a um financiamento internacional mais justo para a ação climática, foi aprovada pelos líderes de 43 países e da União Europeia (UE) após a cimeira de dois dias que terminou no dia 7 de novembro no Brasil.

De acordo com o documento, os impactos da crise climática “já são e continuarão a ser profundamente desiguais”, pelo que as respostas devem dar prioridade às populações mais vulneráveis, especialmente nos países em desenvolvimento.

O texto aprovado na cidade amazônica de Belém, no norte do Brasil, propõe uma abordagem de ação climática centrada nas pessoas, que combine adaptação, proteção social e segurança alimentar.

Segundo a declaração, o impacto das alterações climáticas é desigual e afeta principalmente as comunidades mais pobres e em situação de vulnerabilidade, pelo que, além de continuar a investir em mitigação, os países devem dar prioridade à adaptação, com medidas como seguros para quem perde as colheitas.

Os signatários comprometeram-se a promover políticas que integrem pequenos produtores rurais, pescadores artesanais, povos indígenas e comunidades locais nas estratégias de mitigação e de resiliência.

A declaração propõe que, dos 1,3 biliões de dólares (1,12 biliões de euros) anuais previstos para o combate às alterações climáticas, pelo menos 300 mil milhões de dólares (259 mil milhões de euros) sejam destinados aos países em desenvolvimento até 2035.

Os signatários alertaram que os atuais fluxos de financiamento climático “não chegam de forma suficiente nem equitativa” às comunidades mais vulneráveis.

A declaração foi assinada por grandes economias mundiais como a China, os membros da União Europeia (UE), países europeus como Reino Unido e Noruega, e países latino-americanos, como Brasil, Colômbia, México, Peru, Equador, Uruguai, Chile, República Dominicana, Panamá, Cuba e Haiti.

Entre as medidas destaca-se a criação de um Plano de Aceleração de Soluções, que procurará coordenar ações entre governos, organismos multilaterais e o setor privado.

O acordo estabelece oito objetivos, entre eles ampliar os sistemas de proteção social sensíveis ao clima, fortalecer as cadeias alimentares



sustentáveis e garantir meios de subsistência dignos em zonas afetadas pela crise ambiental.

O documento, impulsionado pelo Brasil como país anfitrião da COP30, reflete uma visão em que as políticas de desenvolvimento e as ações climáticas são abordadas de forma conjunta.

A Cimeira do Clima reúne delegações de 143 países, das quais pouco mais de um terço foram chefiadas pelos respetivos líderes nacionais, com a ausência confirmada dos três líderes dos países mais poluidores do mundo (China, Estados Unidos e Índia).

Lavandarias Profissionais IPSS



milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt

Parceiro Oficial **Miele**